

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 916.568 PERNAMBUCO

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : **UNIÃO**
PROC.(A/S)(ES) : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**
RECDO.(A/S) : **REGINALDO PEREIRA DOS SANTOS**
ADV.(A/S) : **SÁVIO DELANO VASCONCELOS PEREIRA**

DECISÃO:

Trata-se de agravo cujo objeto é decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Veja-se o seguinte trecho de ementa:

“ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. ANISTIA. EX-FUNCIONÁRIO DA REDE-FERROVIÁRIA. PORTARIA REVOCATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. DANO MORAL INEXISTENTE. DANO MATERIAL INDENIZÁVEL. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. MANUAL DE CÁLCULOS E TAXA SELIC.”

O recurso está prejudicado. Isso porque o Superior Tribunal de Justiça, em acórdão transitado em julgado, deu provimento ao recurso especial simultaneamente interposto pela parte recorrente (Resp nº 1.371.172/PE), para “*reconhecer a prescrição da pretensão indenizatória*”. Desse modo, o recurso extraordinário e, conseqüentemente, o agravo manejado contra a decisão que negou trânsito ao recurso extraordinário perderam os respectivos objetos.

Diante do exposto, com base no art. 544, § 4º, II, *b*, do CPC e no art. 21, IX, do RI/STF, julgo prejudicado o recurso.

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

Relator